

AS DESIGUALDADES REGIONAIS NA INDÚSTRIA CALÇADISTA NO PERÍODO 1994 A 2011

Ricardo Heli Rondinel Cornejo

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar as desigualdades regionais, entendidas como desigualdades salariais, no contexto da realocação industrial ocorrida na indústria calçadista brasileira. A regionalização utilizada se refere às microrregiões brasileiras do IBGE e o período do estudo é de 1994 até 2011. A abordagem é marxista e segundo essa abordagem, o custo de reprodução da força de trabalho é um conceito central, que permite entender a dinâmica da localização industrial, principalmente em atividades mais intensivas em trabalho não qualificado. De 1994 a 2011 houve uma realocação industrial inter-regional na indústria calçadista, na qual as microrregiões que atraíram mais empregos apresentavam salários menores do que as microrregiões que tiveram perdas de empregos. O resultado do índice de desigualdades regionais indica que ocorreu uma diminuição no diferencial dos salários dos trabalhadores, na fabricação de calçados. A realocação industrial possibilitou a queda das desigualdades regionais (entendidas como desigualdades de renda, neste caso dos salários) entre as microrregiões do país. Desse modo, conclui-se a realocação industrial verificada na indústria calçadista resultou em redução das diferenças salariais, tanto em nível de microrregiões como nos estados da federação. O ajuste espacial verificado na indústria calçadista permitiu o aumento da mais-valia extra, decorrente do pagamento de salários menores em estados com custos salariais inferiores.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdades regionais. Realocação industrial. Indústria calçadista. Fabricação de calçados. Fabricação de calçados de couro.

1. INTRODUÇÃO

O tema deste artigo são as desigualdades regionais na indústria calçadista. Duas dimensões formam parte do cenário do tema proposto, a espacial e a temporal. Na dimensão espacial, a região da pesquisa é constituída pelas microrregiões brasileiras do IBGE, não obstante em algumas variáveis os dados estão agregados por estados da federação. Na dimensão temporal o período do estudo se refere a 1994 até 2011.

Para analisar esse tema se utiliza como referencial teórico o marxista (MARX, 1988). No desenvolvimento regional, em qualquer setor, no modo de produção capitalista se encontram dois fatores de produção, o capital e o trabalho assalariado. Esses dois fatores se juntam para a produção de mercadorias, para a troca, dentro do processo de valorização do capital. O capital se valoriza produzindo mercadorias para a troca, num determinado

território. Desse modo, os espaços de produção vão se consolidando conforme avança a divisão do trabalho na sociedade, o que leva a uma especialização desses territórios.

Essa especialização conduz à divisão territorial do trabalho. De acordo com essa divisão, umas regiões se especializam na produção de determinadas mercadorias e outras na produção de mercadorias diferentes ou diferenciadas. Dessa especialização resulta a necessidade da troca, do comércio inter-regional, da concorrência entre as regiões. E nessa concorrência, preço e qualidade, são importantes. Na concorrência capitalista, em atividades mais competitivas, o preço é muito importante. Assim, a região que consegue produzir com o melhor preço, o mais baixo, e realizando uma taxa média de lucro, conseguirá se expandir no mercado.

Nem todas as atividades manufatureiras usam o trabalho assalariado com a mesma intensidade. Algumas atividades são mais intensivas em trabalho e outras em capital. Naquelas mais intensivas em trabalho o custo do trabalho assalariado, os salários, é um dos componentes importantes no preço final da mercadoria produzida. E o que determina o custo do trabalho assalariado é o custo da reprodução da força de trabalho. Esse custo é historicamente determinado e diferente em cada formação social, seja país ou região, mais ou menos desenvolvida, do centro ou da periferia.

Enquanto uma região vai se desenvolvendo - do ponto de vista da produção material - o custo da reprodução da força de trabalho vai aumentando, e os salários e os preços das mercadorias aumentam. Também conforme cresce o custo da reprodução da força de trabalho há uma pressão pelo progresso técnico, que leva a poupar trabalho e usar mais capital, do que resulta o aumento na produtividade do trabalho.

O aumento no custo da reprodução da força de trabalho diminui a mais-valia. Porém, há duas formas de aumentar a mais-valia. A primeira, pela ampliação da jornada de trabalho, a mais-valia absoluta. A outra, pelo aumento na produtividade ou intensidade do trabalho, a mais-valia relativa. Quando não é factível, por qualquer motivo, aumentar a mais-valia pelas duas modalidades anteriores e em face de uma situação de falta de competitividade no mercado, tem a possibilidade de obter-se uma mais-valia extra, recorrendo-se ao ajuste espacial (HARVEY, 2005) ou à relocação industrial (SALAMA, 1999).

Tanto o ajuste espacial como a relocação industrial, consistem numa movimentação do capital que tem a ver com o encarecimento da produção, num espaço e o surgimento de novos espaços, regionais ou internacionais, que viabilizem a retomada da

acumulação de capital utilizando a mais-valia extra (CARCANHOLO, 2000). Uma nova localização industrial (no país ou no exterior) pode propiciar o uso de força de trabalho mais barata, para um determinado padrão de preços do mercado (nacional ou internacional).

Desse modo, aparece a oportunidade de uma troca desigual em sentido restrito (LIPIETZ, 1988). Ela ocorre porque, dentro de um padrão centro-periferia – (AYDALOT, 1980) e (KRUGMAN, 1992, 2011) – os valores das mercadorias que são produzidas na periferia não conseguem ser apropriados por essa região. Consequentemente, as regiões do centro, exportadoras do capital, usufruem dos lucros da troca desigual em sentido restrito, porque conseguem mercadorias mais baratas que baixam o custo de reprodução da força de trabalho local e, portanto, viabilizam a continuidade do processo de acumulação de capital.

Com esse referencial teórico e tendo a dialética como referencial metodológico, na qual se ressalta o conceito de totalidade, abordam-se as desigualdades regionais na indústria calçadista brasileira, na perspectiva que o processo de acumulação de capital deve ser analisado no contexto da divisão internacional do trabalho. Numa visão de totalidade se considera que cada região tem sua função no processo de acumulação de capital. Na abordagem do padrão centro-periferia, a divisão internacional do trabalho é, de um lado, com os países desenvolvidos (o centro), especializados em manufaturas e serviços mais intensivos em capital, novas tecnologias e trabalho qualificado. E de outro, os países em desenvolvimento (a periferia), especializados em manufaturas e serviços mais intensivos em trabalho, com uso de tecnologias mais defasadas e trabalho não qualificado.

No processo de acumulação de capital em escala mundial, a movimentação de capitais visa à expansão do capital criando novos mercados e também a realocação industrial, através da qual o capital faz seu ajuste espacial procurando condições de poder produzir mais barato e, portanto, recuperar a queda de sua taxa de lucro. Isto é realizado reduzindo custos de produção, na nova localização industrial, com o uso de fatores de produção mais baratos (mão de obra, recursos naturais, insumos ou matérias primas).

Este artigo está organizado em três seções. A primeira seção é a introdução na qual se apresenta a concepção teórica metodológica. As seções dos e três tratam das desigualdades regionais. O objetivo nessas seções é examinar como os diferenciais de salários afetaram a realocação industrial das empresas, e como esse fato se relaciona com as desigualdades regionais na indústria calçadista. Na seção dois se analisam essas desigualdades na fabricação de calçados e na seção três na classe de fabricação de

calçados de couro, por ser essa classe a mais importante na fabricação de calçados. Na última seção se apresenta a conclusão.

2. AS DESIGUALDADES REGIONAIS NA FABRICAÇÃO DE CALÇADOS

Para investigar a evolução das desigualdades regionais na fabricação de calçados, foi calculado o Índice de Desigualdades Regionais (V_w)¹ para todas as microrregiões do país. A justificativa da escolha do grupo de fabricação de calçados, para o cálculo do V_w , é porque nesse grupo se constatou uma maior realocação de empregos entre 1994 e 2011². Foram utilizadas duas classificações da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE³. A primeira classificação é da CNAE 1.0 (CNAE 95), na qual o grupo estudado foi o de número 193, fabricação de calçados, e o período de estudo, de 1994 até 2011. A segunda é a CNAE 2.0, nessa classificação o número do grupo, da fabricação de calçados, muda para 153, e o período de estudo vai de 2006 a 2011.

O objetivo de utilizar as duas classificações, CNAE 1.0 e 2.0, é comparar se a retirada da 'fabricação de partes de calçados de qualquer material' do grupo 193, da CNAE 1.0, afetou os resultados em termos das desigualdades regionais. Os resultados dos cálculos são apresentados no Gráfico 1. O número de microrregiões estudadas variam de 245 a 295.

Gráfico 1 - Índice de Desigualdades Regionais (V_w) por CNAE 1.0 e 2.0

¹ De acordo com Willianson (1965 apud ALBUQUERQUE; CAVALCANTI, 1976) as desigualdades regionais podem ser medidas através o seguinte índice:

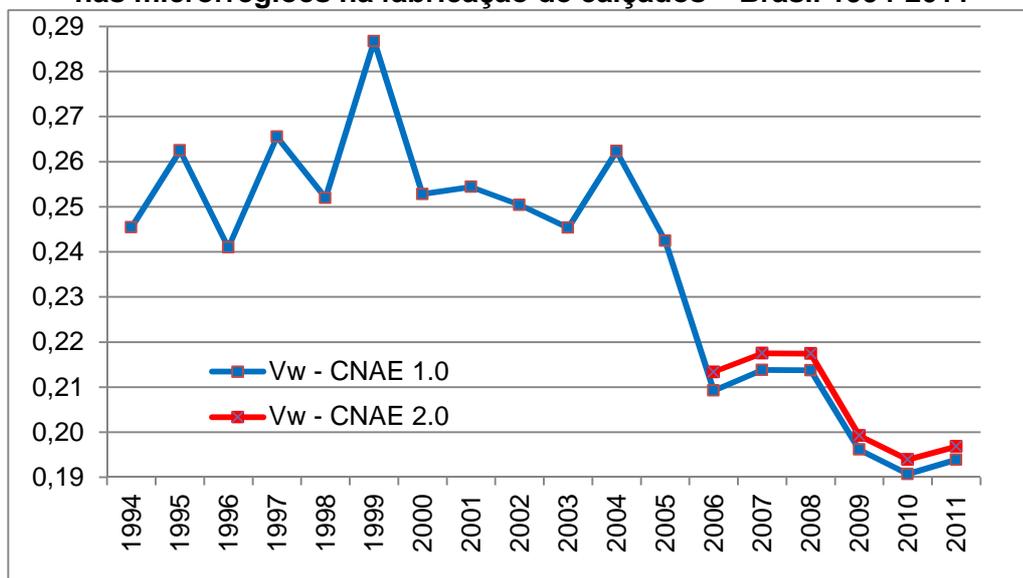
$$V_w = \frac{\sqrt{\sum_i (y_i - \bar{y})^2 \frac{f_i}{n}}}{\bar{y}}$$

Onde: adaptando o índice para esta pesquisa y_i = salário médio da microrregião i , \bar{y} = salário médio nacional, f_i = população da microrregião i e n = população nacional. Pela definição de V_w quanto maior o seu valor tantos mais amplos os diferenciais de salários entre as microrregiões.

² Entre 1994 e 2011, nos três grupos que formam parte da divisão 19 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0 "Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados", a diferença entre ganho e perda de empregos nas microrregiões do país foi a seguinte. Grupo 191 – Curtimento e outras preparações de couro, -2.000 empregos; Grupo 192 – Fabricação de artigos para viagem e artefatos diversos de couro, 844 empregos; Grupo 193 – Fabricação de calçados, 101.737 empregos. Como mostrado a maior variação foi no Grupo 193, nas microrregiões que atraíram empregos houve um ganho de 160.812 empregos e nas microrregiões que perderam empregos houve uma perda de 59.075 empregos.

³ Quando foi lançada a CNAE 2.0, o IBGE fez uma desagregação na fabricação de calçados. O grupo 193, fabricação de calçados, da CNAE 95, foi desagregado em dois novos grupos, na CNAE 2.0, que são: grupo 153, fabricação de calçados, e grupo 154, fabricação de partes de calçados de qualquer material.

nas microrregiões na fabricação de calçados – Brasil 1994-2011



Fonte: Elaboração do autor com dados da RAIS 1994 a 2011, PDET-MTE (2013)

A dinâmica do índice de desigualdades regionais pode ser dividida em duas etapas. Na primeira, entre 1994 e 1999, o Índice de Desigualdades Regionais aumentou em 17% devido ao crescimento do diferencial de remuneração, entre algumas microrregiões do estado do Rio Grande do Sul (RS) e as microrregiões emergentes dos estados do Ceará (CE) e da Paraíba (PB).

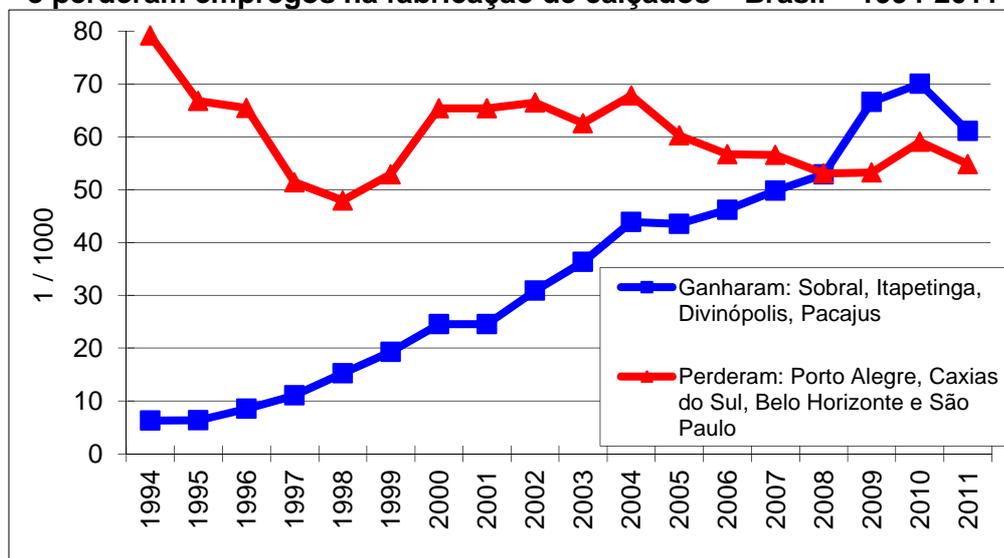
Na segunda etapa, de 1999 a 2011, houve uma tendência de queda das desigualdades regionais, que poderia ser explicada pelo crescimento, em ritmo maior, da remuneração média das microrregiões dos estados do CE, da Bahia (BA), do Sergipe (SE) e da Paraíba (PB), em relação à remuneração média das microrregiões dos estados do RS e de São Paulo (SP), as mais atingidas pela realocação industrial.

Assim, entre 1994 e 2011, houve uma diminuição das desigualdades regionais de 21%. O conceito de desigualdades regionais utilizado se refere a disparidades nos padrões de vida, resultantes de desigualdades na renda, neste caso dos salários.

Pode-se agregar ainda que os Índices de Desigualdades Regionais, calculados usando as duas classificações antes referidas (CNAE 1.0 e CNAE 2.0), apresentaram uma diferença muito pequena, apenas 1,71%. Ou seja, a exclusão da atividade de fabricação de partes de calçados de qualquer material, do grupo 193 da CNAE 1.0, não alterou a dinâmica das desigualdades regionais.

Se a dinâmica do Índice de Desigualdades Regionais de todas as microrregiões do país mostrou uma diminuição das desigualdades regionais, o que teria ocorrido com os salários nas microrregiões que ‘mais ganharam’ e ‘mais perderam’ empregos na indústria de calçados? No Gráfico 2, apresenta-se a evolução do número de empregos nas microrregiões, que ‘mais ganharam’ e ‘mais perderam’ empregos, na fabricação de calçados; e no Gráfico 3, mostra-se a remuneração média real ponderada⁴ nos dois grupos de microrregiões já mencionados.

Gráfico 2 - Número de empregos nas microrregiões que mais ganharam e perderam empregos na fabricação de calçados – Brasil – 1994-2011



Fonte: Elaboração do autor com dados da RAIS 1994 a 2011, PDET-MTE (2013)

O período dos Gráficos 2 e 3 pode ser separado em três subperíodos. No primeiro, de 1994 a 1998, observa-se que caiu o nível de emprego nas microrregiões que ‘mas perderam’ e aumentou naquelas que ‘mais ganharam’. A remuneração média real ponderada cresceu nos dois grupos de microrregiões, porém num ritmo maior no grupo das que ‘mais ganharam’. Tendo em vista isso, o diferencial de remuneração entre os dois grupos caiu em quase 13%.

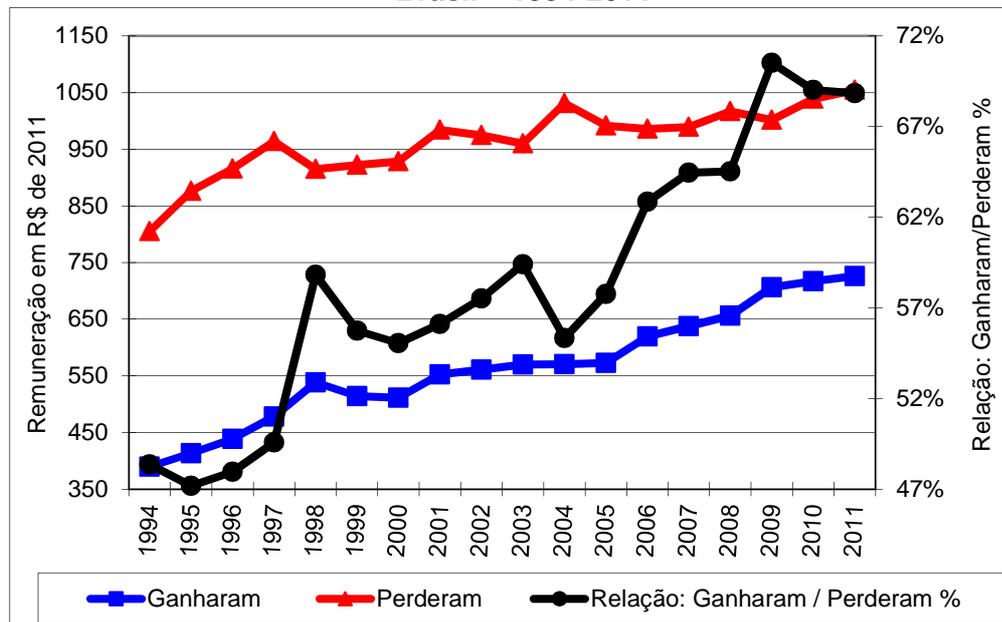
No segundo período, de 1998 a 2004, nas microrregiões que ‘mais ganharam’ o nível de emprego continuou em ascensão, e nas que ‘mais perderam’ se observou uma

⁴ A remuneração média real foi atualizada a preços de 2011 pelo INPC-IBGE e ponderada pelo número de empregos de cada microrregião. As microrregiões que ‘mais ganharam’ são: Sobral-CE, Itapetinga-BA, Divinópolis-MG e Pacajus-CE. As que ‘mais perderam’ são: Porto Alegre-RS, Caxias do Sul-RS, Belo Horizonte-MG e São Paulo-SP.

recuperação, porém sem voltar ao nível de emprego de 1994 (80 mil empregos). As remunerações médias reais continuaram crescendo, porém mais ou menos no mesmo ritmo. Em face disto, o diferencial de remuneração entre os dois grupos permaneceu no mesmo nível.

No terceiro período, entre 2004 e 2011, quando houve o declínio das exportações brasileiras de calçados para os EUA, o nível de emprego nas microrregiões que ‘mais perderam’ caiu em torno de 20 mil empregos e nas microrregiões que ‘mais ganharam’ aumentou, aproximadamente, numa quantia equivalente. A remuneração das microrregiões que ‘mais ganharam’ cresceu num ritmo maior do que o verificado nas microrregiões que ‘mais perderam’, decorrente disso, as diferenças de remuneração entre esses dois grupos de microrregiões diminuiu em 15%.

Gráfico 3 - Remuneração média real ponderada nas microrregiões que mais ganharam e perderam empregos na fabricação de calçados – Brasil – 1994-2011



Fonte: Elaboração do autor com dados da RAIS 1994 a 2011, PDET-MTE (2013)

Em síntese, no período de 1994 até 2011, a relação entre a remuneração média real ponderada das microrregiões que ‘mais ganharam’ e ‘mais perderam’ empregos passou de 48% para 69%. Mesmo com esta melhora, os salários nas microrregiões de menores salários ainda eram quase 30% inferiores em 2011. Em face deste diferencial e tendo em

vista que as microrregiões de menores salários estão localizadas no nordeste do país, haveria ainda espaço para a continuidade do fluxo de realocização industrial.

3. AS DESIGUALDADES REGIONAIS NAS MICRORREGIÕES NA FABRICAÇÃO DE CALÇADOS DE COURO

A classe de fabricação de calçados de couro foi, dentro do grupo de fabricação de calçados, a classe mais afetada com a retração das exportações para os Estados Unidos, principalmente nos calçados femininos com cabedal de couro e de fabricação no estado do RS.

Na Tabela 1, pode-se conferir que a classe de fabricação de calçados de couro foi a que teve o maior saldo de 'ganho-perda' de empregos, nas microrregiões brasileiras no período 1994 a 2011. Em segundo lugar aparece a fabricação de calçados de plástico, que embora tenha sido a classe que mais cresceu, em termos relativos, empregava menos trabalhadores que a fabricação de calçados de couro⁵. No extremo oposto, a classe de fabricação de tênis de qualquer material perdeu o equivalente a quase metade dos empregos que tinha em 1994. Isso poderia ser consequência da mudança de hábitos de consumo e do aumento das importações, sobretudo de tênis esportivos de marca.

Tabela 1 - Ganho menos perda de empregos nas microrregiões por classes da divisão 19 CNAE 1.0 – Brasil – 1994/2011

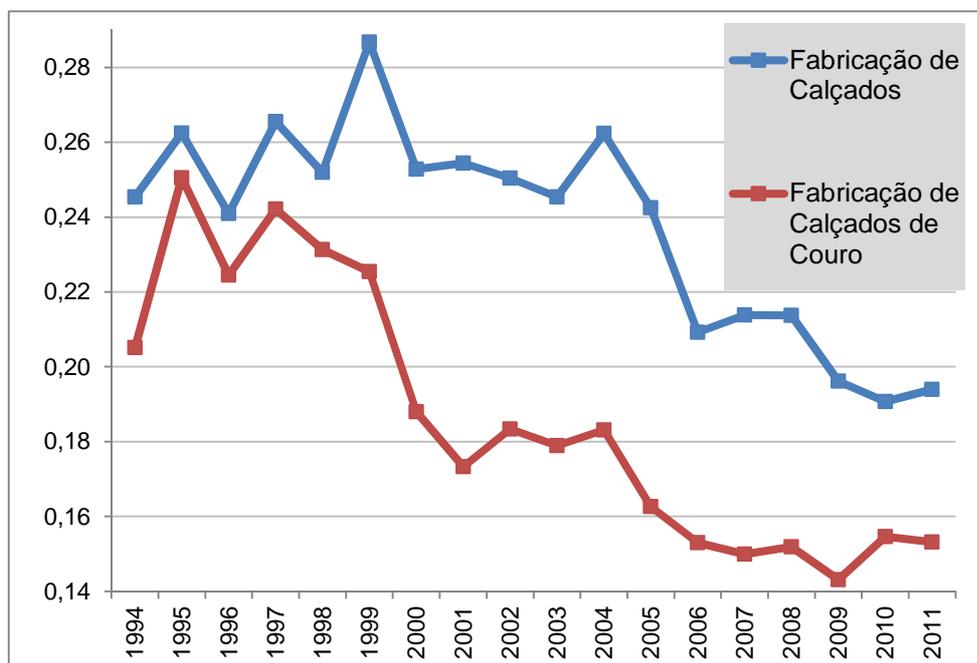
⁵ Em 2011 a fabricação de calçados de plástico tinha 14% do total de empregos na fabricação de calçados do país. Em contraposição a fabricação de calçados de couro possuía uma fatia de 57% dos empregos.

Classes da Divisão 19	Microrregiões Ganho - Perda
Fabricação de Calçados de Couro	77.916
Fabricação de Calçados de Plástico	43.762
Fabricação de Malas, Bolsas, Valises e Outros Artefatos para Viagem, de Qualquer Material	2.278
Fabricação de Outros Artefatos de Couro	-1.434
Curtimento e Outras Preparações de Couro	-2.000
Fabricação de Calçados de Outros Materiais	-4.600
Fabricação de Tênis de Qualquer Material	-15.341

Fonte: Elaboração do autor com dados da RAIS 1994 a 2011, PDET-MTE (2013)

Na classe de fabricação de calçados de couro, também foi calculado o Índice de Desigualdades Regionais (Vw), para todas as microrregiões, que variaram entre 210 e 260 microrregiões em todo o Brasil. Os resultados são apresentados no Gráfico 4. Nesse gráfico se apresentam os Vw do Grupo de fabricação de calçados e da Classe de fabricação de calçados de couro, para fins de comparação. Nas duas séries de Vw a tendência é semelhante, ou seja, uma diminuição das desigualdades regionais. Entretanto, a série de calçados está acima da série de calçados do couro, o que indica que as desigualdades salariais caíram mais nos calçados de couro. Também se pode verificar, que nos calçados de couro a queda das desigualdades começa em 1995, portanto, anterior à queda registrada nos calçados, a qual ocorreu a partir do ano 2000. Além disso, entre 1994 e 1998 se verificava um diferencial médio de 10%, entre os índices de desigualdades das duas séries. Já entre 2007 e 2011, esse diferencial chegava a 34%. Em síntese, de 1994 a 2011 as desigualdades regionais caíram em 25% na fabricação de calçados de couro e 21% na fabricação de calçados.

Gráfico 4 - Índice de Desigualdades Regionais na fabricação de calçados e na fabricação de calçados de couro nas microrregiões – Brasil 1994-2011



Fonte: Elaboração do autor com dados da RAIS 1994 a 2011, PDET-MTE (2013)

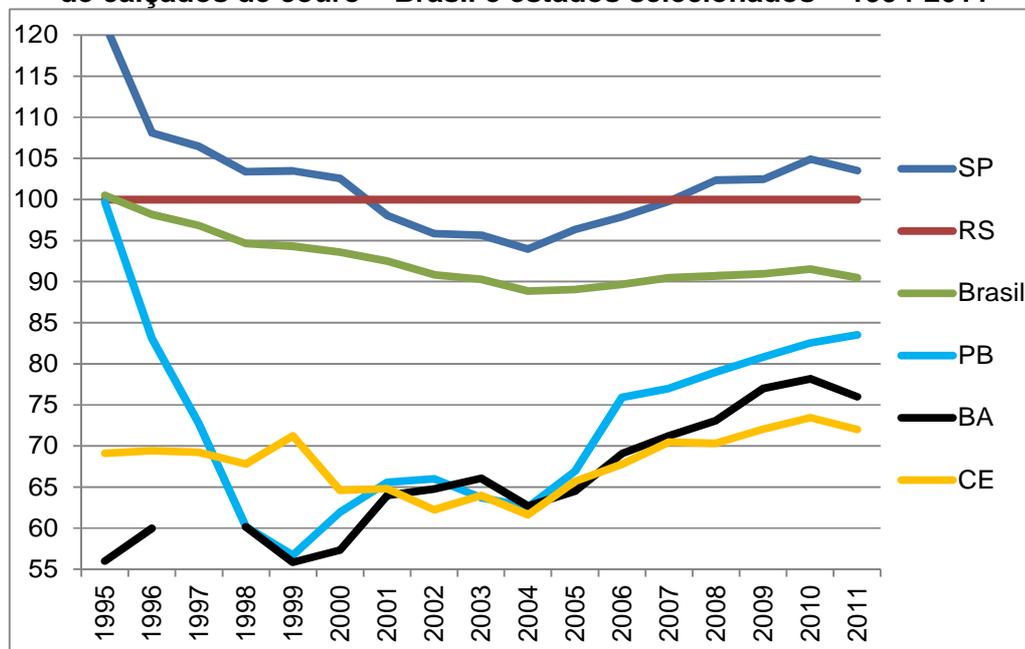
A dinâmica do índice de desigualdades regionais, entre 1994 e 2011, na fabricação de calçados de couro, permite reafirmar a inferência, apresentada anteriormente, de que a realocação industrial possibilitou a queda das desigualdades regionais, entendida como queda de desigualdades de renda, também entre as microrregiões na fabricação de calçados de couro.

Com a diminuição do Índice de Desigualdades Regionais na fabricação de calçados de couro, o que teria ocorrido com a evolução dos salários entre os estados no Brasil? No Gráfico 5 se apresenta a evolução dos números índices da remuneração média real⁶, de alguns estados selecionados e do Brasil, em relação ao estado do RS. Este último foi escolhido por ter sido o estado mais afetado pela realocação industrial e, também porque tinha em 1994 o maior volume de empregos na fabricação de calçados de couro.

A remuneração média do Brasil caiu em relação àquela do estado do RS, pela realocação de empresas de calçados de couro, dos estados do RS e SP para os estados do CE, BA e PB. Isto deve ter contribuído para melhorar a competitividade das empresas brasileiras, entretanto não no patamar suficiente para manter as exportações, mas sim para recompor as taxas de lucro pelo aumento da mais-valia relativa, em face dos menores custos salariais que passaram a ter as empresas em face da realocação industrial.

⁶ Os números índices foram calculados com a remuneração média real de cada série, atualizada a preços de 2011 pelo INPC-IBGE.

Gráfico 5 – Números índices^(*) (base RS=100) da remuneração média real na fabricação de calçados de couro – Brasil e estados selecionados – 1994-2011



Fonte: Elaboração do autor com dados da RAIS 1994 a 2011, PDET-MTE (2013).

Nota: (*) O dado do estado da Bahia de 1997 foi excluído por ser totalmente distorcido. De qualquer forma esse dado não é representativo porque o nível de emprego começa a crescer, nesse estado, somente em 1999.

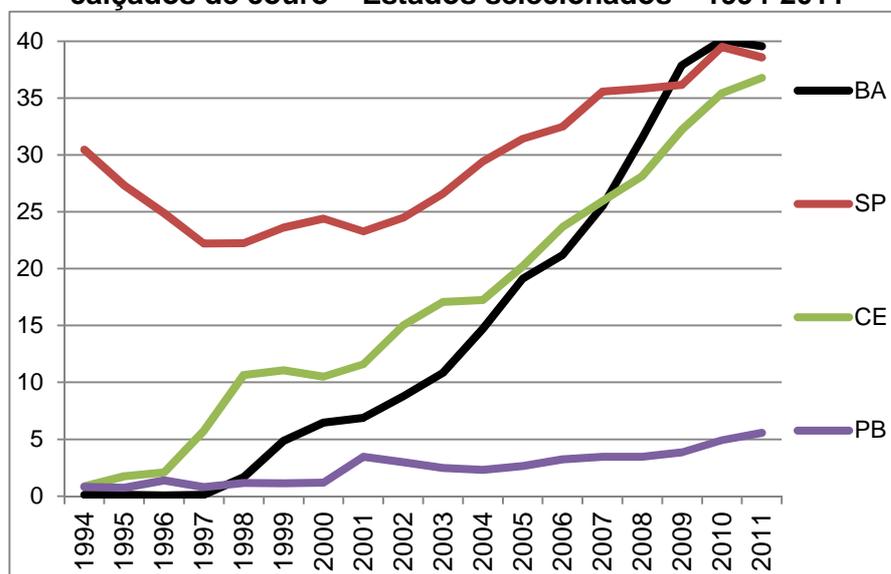
No Gráfico 5, também pode-se notar que, entre 1995 e 1999, o diferencial de salários aumentou entre o RS e os estados de CE, BA e PB. Entretanto, a partir de 1999 conforme ocorre a realocação industrial, na fabricação de calçados de couro, houve uma tendência à diminuição do diferencial de salários entre os estados antes mencionados. Veja ainda que em 2011 o diferencial de remuneração entre o estado de RS e os estados de CE e BA permanecia no patamar de 26%. Isso poderia ser um indicativo de que a realocação industrial poderia continuar ocorrendo.

No caso do estado de SP, entre 1995 e 2004, diminuiu a remuneração média em relação ao estado de RS. Nesse período houve grande deslocamento de empregos para os estados de PB, CE e BA. Porém, a partir de 2004 seu patamar de remuneração média real passou a aumentar com o crescimento econômico do país.

Em relação à evolução dos empregos nos estados na fabricação de calçados de couro, verifica-se no Gráfico 6, que os crescimentos mais expressivos, em termos relativos ao estado do RS, ocorreram nos estados do CE e da BA. O maior crescimento relativo no volume de empregos foi verificado nos estados do CE e da BA, que de um número índice de

quase zero em 1994, chegam a quase 38 em 2011, considerando a base do estado do RS = 100 . Sem dúvida, na fabricação de calçados de couro quem mais perdeu espaço foi estado do RS. Segundo dados do PDET-MTE (2013) entre 1994 e 2011, o RS passou de um *share* de 65% para 39% dos empregos. Já o estado de SP também perdeu, sua fatia passou de 20% para 15%. Finalmente, os grandes receptores de empregos foram os estados da BA e do CE que, em 2011, chegaram a ter 15,4% e 14,3%, respectivamente, do total de empregos nacionais.

Gráfico 6 - Números índices (RS=100) do número de empregos na fabricação de calçados de couro – Estados selecionados – 1994-2011



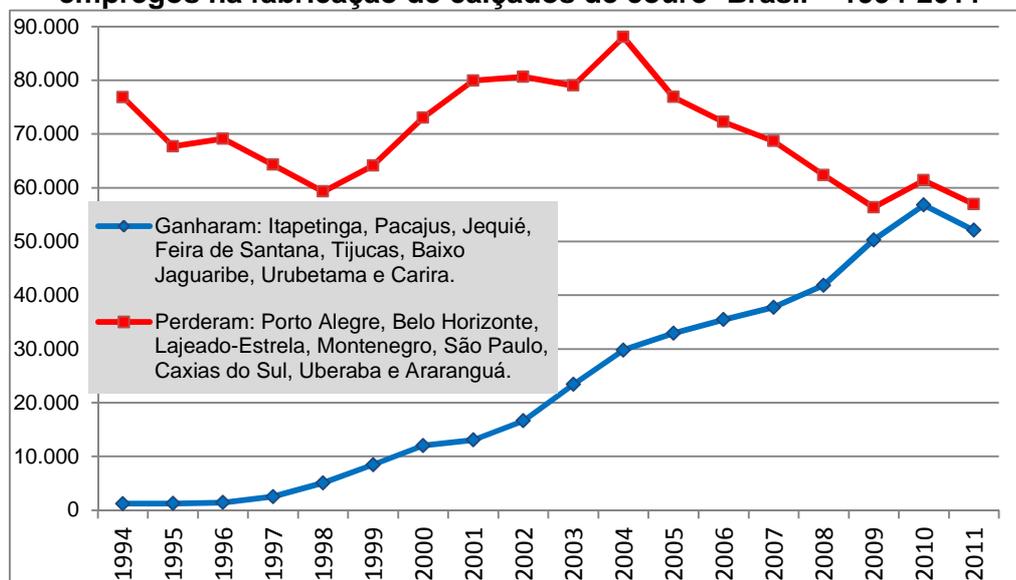
Fonte: Elaboração do autor com dados da RAIS 1994 a 2011, PDET-MTE (2013).

Após explicar o que aconteceu com os salários nos estados, na fabricação de calçados de couro, agora é a vez de apresentar qual foi a dinâmica dos salários nas microrregiões, utilizando os dados que serviram para calcular o Índice de Desigualdades Regionais. Nos Gráficos 7 e 8, mostra-se a evolução do número de empregos e da remuneração média real, nas microrregiões que ‘mais ganharam’ e ‘mais perderam’ empregos, na fabricação de calçados de couro.

A maioria das microrregiões que ‘mais ganharam’ empregos, na fabricação de calçados de couro, estão localizadas na região Nordeste do país. E as que ‘mais perderam’ se situam no Centro-Sul do país. Essas localizações são mais ou menos coincidentes com as dos grupos que ‘mais ganharam’ e ‘mais perderam’ empregos na fabricação de calçados.

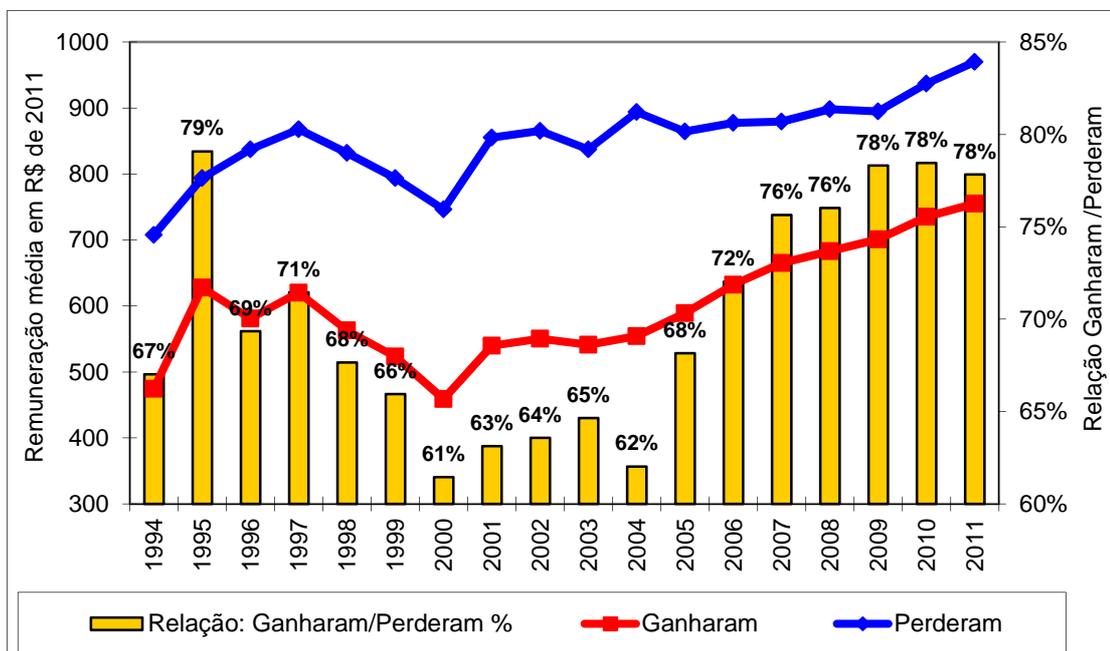
Entre 1994 e 2000 houve uma tendência à queda real da remuneração média tanto nas microrregiões que ‘mais ganharam’ quanto nas que ‘mais perderam’ empregos (veja o Gráfico 8). Isto foi influenciado pela queda no país na produção de calçados de couro, que se refletiu na diminuição no volume de empregos, que passou de 157 mil, em 1994, para 134 mil, em 1998. Na sequência, entre 2000 e 2004 houve uma recuperação do nível de emprego no país. O número de empregos pulou de 172 mil, em 2000, para 231 mil, em 2004. Nesse contexto a remuneração real volta a crescer em ambos os grupos de microrregiões analisadas.

Gráfico 7 – Número de empregos nas microrregiões que mais ganharam e perderam empregos na fabricação de calçados de couro- Brasil – 1994-2011



Fonte: Elaboração do autor com dados da RAIS 1994 a 2011, PDET-MTE (2013)

Gráfico 8 – Remuneração média real ponderada (*) nas microrregiões que mais ganharam e perderam empregos na fabricação de calçados de couro - Brasil – 1994-2011



Fonte: Elaboração do autor com dados da RAIS 1994 a 2011, PDET-MTE (2013).

Nota: (*) Esta remuneração foi atualizada a preços de 2011 pelo INPC-IBGE e ponderada pelo número de empregos de cada microrregião. As microrregiões que 'mais ganharam' empregos são: Itapetinga, Pacajus, Jequié, Feira de Santana, Tijucas, Baixo Jaguaribe, Urubetama e Carira. As que 'mais perderam' empregos são: Porto Alegre, Belo Horizonte, Lajeado-Estrela, Montenegro, São Paulo, Caxias do Sul, Uberaba e Araranguá.

Finalmente, de 2004 a 2011 as microrregiões que 'mais perderam' empregos extinguíram quase 30 mil empregos. Nesse mesmo período as remunerações de ambos os grupos de microrregiões crescem, porém em ritmo diferenciado. Em consequência disso, a relação entre a remuneração das microrregiões que 'mais ganharam' e 'mais perderam' empregos, passou de 62%, em 2004, para 78%, em 2011. Desse modo, houve uma aproximação nas remunerações, mas ainda se mantém um diferencial de 22% entre os dois grupos de microrregiões em 2011.

Deve-se ressaltar que, na fabricação de calçados de couro, a relação entre a remuneração das microrregiões que 'mais ganharam' e 'mais perderam' empregos é maior do que a mesma relação calculada para a fabricação de calçados (veja o Gráfico 3). No final do período de pesquisa, em 2011, a referida relação era de 69% na fabricação de calçados, e de 78% na fabricação de calçados de couro. Isso pode ser um indicativo de espaço para novas realocações.

4. CONCLUSÃO

No Brasil a realocização industrial verificada na indústria calçadista foi inter-regional. O capital se deslocou de microrregiões de salários mais altos para microrregiões de salários mais baixos. Com isso os capitalistas que fizeram a realocização industrial usufruíram de uma mais-valia extra, decorrente da concorrência entre capitalistas no contexto da nova divisão territorial do trabalho. Microrregiões que até então eram periféricas, passaram a ser incorporadas ao processo de acumulação de capital. Desse modo, o processo de realocização industrial ocorrido na indústria calçadista pode ser definido como um movimento tomado por iniciativa do capital, que buscou melhores condições de competitividade (nacional e internacional), através da busca da mais-valia extra em novos territórios, nos quais o custo de reprodução da força de trabalho é menor.

Foi constada na investigação uma alteração na distribuição espacial da indústria calçadista no país. A realocização industrial iniciou no estado de São Paulo que apresentava os maiores salários com o pessoal ocupado nesse setor. Em 1995, o estado de Rio Grande do Sul também passou a ser afetado pela realocização, sendo que os salários desse estado eram os segundos mais elevados do país.

As microrregiões que mais receberam empregos, na fabricação de calçados, estão localizadas na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. Em contraposição, as microrregiões que mais perderam empregos estão localizadas nos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Essa direção na realocização industrial, do centro para a periferia (AYDALOT, 1980), mostra que a procura era de uma mais valia extra, baseada no uso de força de trabalho desvalorizada, com baixo custo de reprodução.

Nas microrregiões que 'mais atraíram empregos' no setor coureiro calçadista, entre 71 a 100 por cento dos empregos existentes em 2011, foram gerados entre 1994 e 2011. Isto evidencia que se trata de um processo de industrialização recente, no qual houve realocização industrial que visava aumentar a mais-valia extra, para aumentar a taxa de lucro e, em consequência disso, melhorar a competitividade da indústria local nos mercados interno e externo.

Desse modo, a realocização industrial verificada na indústria calçadista, entre 1994 e 2011 teve como resultado a redução das diferenças salariais, nessa indústria, tanto em nível de microrregiões como de estados da federação. Os salários reais cresceram num ritmo maior, nos estados do Ceará, da Bahia e da Paraíba, do que nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. C. de; CAVALCANTI, C. de V. *Desenvolvimento regional no Brasil*. Brasília: IPEA, 1976 (Série Estudos para o Planejamento, 16).

AYDALOT, Philippe. Contribución al análisis de la división espacial del trabajo. *EURE*, Santiago de Chile, v. 7, n. 19, nov. 1980. Disponível em: < <http://www.eure.cl/numero-/contribucion-al-analisis-de-la-division-espacial-del-trabajo/>>. Acesso em 12 jul.2011.

CARCANHOLLO, Reinaldo. Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx. In: V Encontro Nacional de Economia Política. Fortaleza, 21 a 23 de junho de 2000. Disponível em: < <http://pt.calameo.com/read/000140749829ad8e81336> >. Acesso em: 20 dez 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

KRUGMAN, Paul. *Geografía e Comercio*. Barcelona-España: Antoni Bosch, 1992.

_____. The New Economic Geography, Now Middle-aged. *Regional Studies*. London-UK. v.45, n.1, p. 1-7, jan. 2011.

LIPIETZ, Alain. As relações inter-regionais e o desdobramento do capital monopolista. In: _____. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988. p. 63-111.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. Volumes I.

PDET-MTE. Programa de disseminação de estatísticas do trabalho. Ministério do Trabalho e Emprego. Dardo Web. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 16 ago. 2013. SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999